

Editorial



Caros Colegas,

Estamos a viver uma fase das nossas vidas como nunca imaginámos. A vida ficou suspensa e assim continuará por um tempo ainda indefinido.

A pandemia que assola o mundo está ainda longe de ver descoberta e aprovada uma vacina e os sistemas de saúde dos diversos países começam a falhar perante o número de doentes a necessitarem tratamento e salvação.

Portugal, país pequeno e com um equilíbrio orçamental muito débil adoptou, para fazer frente a esta crise, medidas semelhantes àquelas que a maioria dos países adoptou também. Porém, as cativações ao longo dos últimos anos, a redução de horários de trabalho do pessoal médico e hospitalar, em geral, o restrito *numerus clausus* das Faculdades de Medicina ao longo de anos e a falta de investimento reflectem-se agora e traduzem-se numa situação em que, estando ainda no princípio da luta contra o covid-19 já se evidenciam a falta de equipamento e de profissionais, valendo-nos as doações e a capacidade de inúmeras empresas, reconvertendo a sua produção habitual em produção de ventiladores, máscaras, luvas ou outros materiais e equipamentos destinados ao fornecimento dos hospitais. .

Destacar, neste momento, o trabalho incansável e generoso dos médicos, enfermeiros, pessoal paramédico e auxiliar torna-se um imperativo de justiça e gostaria de aqui deixar esta referência.

Mas, para além da saúde, claro que muito importante é o estado da economia e as consequências que advirão resta paralisação de quase toda a actividade por um período de meses.

Temos tomado conhecimento das previsões do Banco de Portugal, da Universidade Católica e de outras instituições, fóruns e associações e todas são unânimes na conclusão de que 2020 será um exercício ainda difícil de quantificar com rigor mas decerto será o início de um período recessivo contra o qual teremos de lutar, preparar as medidas adequadas não desperdiçar os recursos e auxiliar as empresas e as famílias a ultrapassarem esta situação, o MEE.

Importante é o efectivo auxílio e solidariedade que poderemos ter da União Europeia, de que somos membro pleno, bem como das instituições europeias como o BCE ou o BEI.

Muito se discute actualmente, sem haver ainda acordo acerca das eurobonds (ou coronabonds, como agora se chamam) e da mutualização da dívida. Assuntos delicados que devem ser discutidos entre os mais altos representantes de cada país, sem estardalhaço, mas com firmeza e sempre com a ambição de obter uma solução que justifique plenamente a existência da União Europeia.

Tenhamos capacidade de lutar contra a pandemia e acreditemos que as soluções sob o ponto de vista económico, acabarão por ser consensualizadas, em termos europeus, no sentido da subsidiariedade e solidariedade sem nunca esquecermos que as primeiras medidas, soluções e acções pertencem ao governo de cada país.

Espero, sinceramente, que todos fiquem bem, cumprindo o que é prescrito e que a próxima newsletter trimestral (final de junho) nos encontre a todos e às nossas famílias já numa situação menos preocupante do que aquela que estamos a viver.

Lisboa, 31 de março de 2020.

Rui Leão Martinho
Bastónario.



A Ordem dos Economistas realizou no dia 15 de Janeiro, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, a 15ª Conferência Anual, que teve como tema central o Orçamento do Estado para 2020.

Esta Conferência contou com a intervenção do Ministro das Finanças, Mário Centeno, e dos Secretários de Estado do Orçamento, João Leão, e dos Assuntos Fiscais, António Mendes, bem como de várias outras personalidades.

Para mais detalhes, favor consultar o nosso site.



Sessão de Abertura

Rui Leão Martinho | Bastonário da Ordem dos Economistas



Mário Centeno | Ministro de Estado e das Finanças e Presidente do Eurogrupo



O Orçamento do Estado para 2020 – Apresentação e análise

Orador: João Leão | Secretário de Estado do Orçamento



O Orçamento do Estado para 2020 – Apresentação e análise

Orador João Leão | Secretário de Estado do Orçamento

Comentadores: António Correia de Campos | CES
Rui Baleiras | Coordenador da UTAO

Moderador: Pedro Sousa Carvalho



Os impostos e taxas no OE/2020

Orador: António Mendonça Mendes | Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Comentadores: Carlos Lobo
Carlos Loureiro
Jaime Esteves

Moderadora: Elizabete Miranda



Políticas Públicas

Orador: Paulo Neto

Comentadores: Carlos Oliveira Cruz
Eduardo Cardadeiro
Joaquim Miranda Sarmento

Moderador: Paulo Ferreira



Entrega do Prémio António Simões Lopes

Após análise de todas as teses em concurso, o Júri decidiu atribuir o Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento (edição de 2019) ex-aequo às teses:

- Essays on Dynamic Macroeconomics and Risk Attitudes, da autoria de Rui Manuel Militão Lousada Leite da Faculdade de Economia do Porto (FEP) e
- Essays on Macroeconomic Policy in Portugal, de Jorge Daniel Faria Silva do ISEG

Luis Boquinhas e Rui Leão Martinho no momento da entrega do Prémio aos vencedores.



Missão Crescimento

Orador: Jorge Marrão

Comentadores: António Saraiva
Carlos Mineiro Aires
Luis Filipe Pereira Rui Leão Martinho

Moderador: Paulo Carmona

Apresentação de Livro



Realizou-se no dia 19 de Fevereiro na Sede da Ordem, a apresentação do livro "The New Silk Road and the Portuguese Speaking Countries in the New World Context", editado pela Associação Amigos da Nova Rota da Seda, em parceria com o Instituto Internacional de Macau, coordenado por Fernanda Ilhéu, nossa Colega, e por Francisco Leandro e Paulo Duarte.

Este evento contou com a participação dos co-autores Fernanda Ilhéu e Francisco Murteira Nabo e de Jorge Rangel (Presidente do Instituto Internacional de Macau).

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis
1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

E depois do adeus... à quarentena

E Portugal suspendeu-se! Partes da economia hibernaram, mantendo activas as fileiras da alimentação, algumas fábricas, combustíveis e serviços essenciais. No combate à pandemia fomos resguardados de interações sociais que pudessem acelerar a propagação e a incapacidade de resposta dos hospitais, o falado achatamento da curva de infeções.

Provavelmente assim estaremos mais 1 a 2 meses, nós e talvez o resto de Europa, com as consequências daí decorrentes. Uma desgraça social e económica, mas um bem para o ambiente como alguns insistem em apontar. Por vezes as desgraças podem trazer bons efeitos secundários. Hitler e Estaline também foram muito bons para o desenvolvimento económico dos seus países, sobre todos os parâmetros analisados, menos os milhões de mortos. Haja noção das proporções...

E quanto tempo irá durar e como ficará a nossa economia depois da quarentena? O seu fim mais consensual é para meados de maio, 2 meses depois de começar, numa incerteza absoluta que só a evolução dos infectados e hospitalizados poderá dizer. Se for verdade teremos depois mais 1 a 2 meses de recobro, ou saída gradual da quarentena, com distanciamento social recomendado, mesas afastadas em restaurantes, etc. porque o vírus continuará a andar por aí. Isto é o que se depreende de dezenas de relatórios, estudos e intervenções, mas que podem estar completamente ultrapassados pelo evoluir das infeções. Neste cenário, a normalidade só seria atingida durante Julho ou Agosto... A TAP usou um cenário semelhante para o lay-off de 3 meses e algumas universidades já assumiram que não reabrirão este ano lectivo.

E a economia, como ficará depois disto, e como recuperará? Há imensos estudos e opiniões sobre o estrago causado e o seu regresso em força. Talvez o mais interessante, e comentado internacionalmente, é o do Prof. Nuno Fernandes do IESE, em <https://www.iese.edu/stories/global-recession-almost-inevitable/>, varios cenários para várias premissas.

Na retoma da actividade económica há sectores mais rígidos que outros e só o comportamento do consumidor poderá ditar a sorte de uns e o arrastar de outros. Será que irão sair duma introspecção sobre as limitações da mortalidade com maior frugalidade ou, pelo contrário, é efeito fízz de garrafa de champagne, em liberdade, sem quarentena, gastar, gastar, porque podemos morrer dum bicho minúsculo?

Possíveis consequências económicas

Energia – A queda no consumo mundial, aviação e transportes terrestres, a que se juntou uma “guerra de preços” entre sauditas e russos, trouxe o preço do Barril para USD 20, um terço do que valia no início do ano (60), com impactos muito fortes, embora mitigados pela descida do consumo, na factura energética nacional e na inflação;

Alimentação – Por efeitos da falta de migrantes magrebinos este ano em Espanha, a apanha do morango e de muita fruta e legumes está em causa, com efeitos directos sobre o preço e a disponibilidade dos mesmos. Dada a queda do consumo de gasóleo, os extratores de soja e colza nacionais, fabricantes de farinhas para rações, não têm conseguido escoar o óleo para o fabrico de biodiesel e correm o risco de fechar. Dado algum açambarcamento internacional de matérias primas alimentares, a importação de farinhas para as rações está bastante dificultada. Ou seja, poderá vir a existir uma ruptura no abastecimento de farinhas proteicas

com consequências no mercado da carne e dos ovos, situação que o Governo estará a tentar minimizar ou eliminar;

Globalização – Não voltará a ser igual, especialmente nas cadeias de produção de artigos mais sensíveis. Quando a China parou todos demos conta do quão dependentes estávamos. Algumas farmacêuticas já reconhecerem ser um erro produzir quase todos os princípios activos de medicamentos na China. Claro que isto é uma ideia estratégica porque quanto a custo há muito poucas alternativas. Mas sim, é de esperar alguma contenção na globalização e um fortalecimento do near-shore.

Inflação – Temos a considerar: a) o efeito deflacionário do petróleo, apesar da redução do consumo, b) o previsível aumento dos bens alimentares, que já tinham vindo a subir antes da crise, especialmente o trigo e os frescos, c) a retração na globalização pode travar a chamada “deflação importada” que, segundo vários economistas como o Prof. Sérgio Rebelo, tem permitido a existência duma inflação controlada, mesmo com a expansão do balanço dos bancos centrais.

Rendimentos – perto de 70% dos portugueses não deverão ser afectados no seu rendimento, falamos dos pensionistas, trabalhadores da administração pública e local, dos sectores pouco atingidos no retalho, agroalimentar, transportes, etc. Os restantes, terão redução correspondente ao lay-off, em apoio do Estado à manutenção do posto de trabalho ou, uma infeliz minoria terá o seu posto de trabalho eliminado.

Déficé – Os apoios do Estado, essenciais para se ultrapassar esta crise, terão uma brutal correspondência no déficé e na dívida pública, a ser paga em austeridade nos anos vindouros. Não estaremos sozinhos, todos os países estarão nesse caminho. Temos a sorte de estar no euro, vejam o caso dos checos ou dos polacos, e de ter o BCE a comprar dívida quase sem limite, e manter as nossas taxas baixas. A questão é que a dívida existe e estará nos livros... para ser paga, por nós e por todos. O esforço notável dos últimos anos poderá desaparecer e recomeçar tudo de novo com novos sacrifícios no investimento público e cativações.

Organização do trabalho – as várias opções de teletrabalho e teleconferência disponíveis, e utilizadas neste período, vieram para ficar. Nas situações e sectores possíveis, 9% da população activa segundo o Prof. Pedro S. Martins, poderão optar por esta via, já tentada e testada, e com óbvias vantagens descobertas, no domínio da mobilidade e eficiência de recursos, pelo menos durante uma parte do horário semanal. Primeiro estranha-se depois entranha-se dizia o poeta.

Digitalização – fez mais esta desgraça pandémica pela divulgação da digitalização em muitas empresas, do que muitas conversas e conferências havidas, referiu um responsável por uma importante consultora. De facto, quer no comércio on-line quer no trabalho quer na reorganização pós-quarentena, muitas empresas irão reforçar a sua participação no mundo digital mais assético e eficiente, embora menos humano e sensorial.

Confiança – esta será a grande questão. Essencial para o retorno dos turistas e para os mercados acionistas e financeiros em geral. Muito associado ao consumo é este item que será necessário monitorar e reforçar, sem enganos e otimismo inconsistentes. Até porque o vírus andar por aí até se encontrar e disseminar uma vacina, nunca antes do próximo ano.

Em jeito de conclusão, vamos ter um país diferente, mas pouco. O nosso modelo económico é relativamente rígido. Países como os EUA têm uma queda maior e uma retoma

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis

1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

bem mais rápida. Em Portugal as crises têm tendência a ser mais achatadas, menor dimensão, mas com maior extensão, talvez por um maior peso do Estado ou por rigidez do mercado de trabalho, ou do regime falimentar, ou por outra razão qualquer. Temos 20 anos de economia estagnada, o bom disso é que também não deverá descer muito, por comparação, esperemos.

O Governo diz que Portugal está bem preparado para esta crise. Esperemos que sim. O número da dívida pública, 117% fala por si, uma enorme redução, mais fácil de encaixar o aumento substancial que aí vem. A prova dos nove é a comparação possível com outros países.

O nosso povo é resiliente e vamos sobreviver a esta crise e a este vírus, juntos com força!

Paulo Carmona (Economista)

Artigo de Ricardo Arroja

A pandemia, a economia e os desafios futuros

A economia mundial está num estado de coma induzida desde há várias semanas e, do ponto de vista económico, há o risco de o paciente morrer da cura. As medidas de confinamento e isolamento, observadas um pouco por todo o mundo, constituindo medidas justificadas para aplanar a curva de contágio do COVID-19, não deixam, contudo, de constituir uma grande e inédita experiência realizada à escala global. Não há modelo análogo na era contemporânea que nos sirva de orientação. Estamos, pois, a navegar à vista. Ainda assim, há especulações que podemos entreter quanto a eventuais alterações de paradigma.

A crise económica motivada pelo COVID-19 tem sido equiparada a uma situação de guerra. Neste contexto de economia de guerra, no que respeita às políticas públicas a adoptar, seria de esperar forte expansão orçamental e a centralização da vida económica em redor do Estado. As empresas do sector privado responderiam aos estímulos e incentivos do “ministério de guerra” – neste caso, do ministério da saúde – e a despesa pública seria financiada principalmente através da impressão monetária do banco central e acessoriamente através dos impostos. A recuperação seria em forma de V, acompanhada do crescimento da dívida pública e da inflação.

Mas será que, do ponto de vista económico, uma pandemia é mesmo equiparável a uma guerra? Um estudo recente de investigadores da Reserva Federal de São Francisco (Jordà et al., 2020) ¹ comparou conflitos armados e pandemias diversas (caracterizadas pela existência de 100 mil mortos ou mais), desde o século XIV aos dias de hoje, e aponta para diferenças relevantes. Nas guerras a destruição atinge capital humano e capital fixo. A recuperação que se segue é em V porque tende a ser estimulada por uma forte retoma do investimento. Nas pandemias, pelo contrário, a perda de vidas humanas traduz-se num incremento do capital fixo per capita e na depressão das expectativas futuras. A retoma é mais lenta e os efeitos são distintos.

A recuperação económica poderá, portanto, ser mais lenta e, sobretudo, mais gradual do que o esperado. Mais ainda, com tantas incógnitas ao nível da própria pandemia, ninguém sabe verdadeiramente qual será a dimensão da contracção económica em 2020 e anos seguintes. O intervalo de estimativas é enorme e, entre os académicos, há investigações diversas quanto à influência das diferentes variáveis que poderão acentuar a recessão, bem como os instrumentos de política que poderão revelar-se mais eficazes. É o caso de estudos que relacionam a evolução económica com o chamado consumo social (Wren-Lewis, 2020) ² ou com a dimensão do sector de serviços dependentes de contacto pessoal (Faria e Castro, 2020) ³.

A pandemia não deixará também de causar impacto na organização do trabalho. De acordo com estudos recentes, 9% dos trabalhos em Portugal exibem potencial elevado de transição para modo de teletrabalho e outros 26% exibem potencial significativo (Martins, 2020) ⁴. O impacto destas migrações será relevante, com ramificações importantes no tipo de investimento realizado pelas empresas empregadoras e no próprio vínculo laboral entre as partes. É certo que a pandemia, ao expor a vulnerabilidade dos trabalhadores independentes em matéria de segurança social, poderá levar muitos a preferirem as tradicionais relações laborais por conta de outrem. Porém, a gestão do tempo e a avaliação de resultados tenderá a ajustar-se. Na discussão sobre sustentabilidade, o S (“Social”) da sigla ESG (“Environment, Social and Governance”) ganhará importância.

As cadeias logísticas das empresas também poderão sofrer alterações. Nunca como hoje foi tão evidente a oportunidade para a chamada manufactura aditiva, ou tecnologia 3D. Mas estará a tecnologia preparada para a produção em massa? Também o bloqueio de fronteiras, em resposta ao coronavírus, poderá talvez reforçar o fenómeno de “reshoring”, observado nos últimos anos em algumas indústrias, reduzindo a distância física entre as cadeias de valor. É ainda cedo para avaliar o impacto destas alterações, que dependerão em larga medida da prontidão de novas tecnologias e da duração da pandemia, mas a dúvida paira.

¹ Jordà, Òscar, Sanjay R. Singh, Alan M. Taylor. 2020. “Longer-Run Economic Consequences of Pandemics,” Federal Reserve Bank of San Francisco Working Paper 2020-09. <https://doi.org/10.24148/wp2020-09>

² Wren-Lewis, S. (2020). “The economic effects of a pandemic. Economics in the Time of COVID-19, CEPR, 109-112.”

³ Faria-e-Castro, M. (2020). Fiscal Policy during a Pandemic (No.2020-006).

<https://research.stlouisfed.org/wp/more/2020-006>

⁴ <https://observador.pt/especiais/o-potencial-do-teletrabalho-em-portugal/>

A disrupção seria sentida ao nível da tecnologia de produção e também ao nível dos inventários e inputs utilizados.

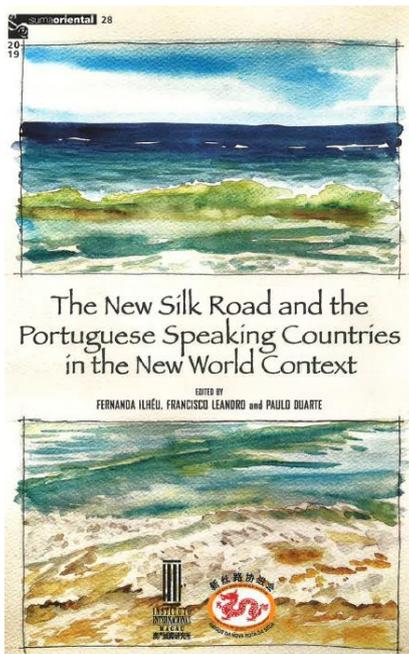
Em tempos de crise, há uma lição que não perde actualidade: a noção de que “cash is king”. Nas últimas semanas, as empresas lançaram mão de todas as linhas de crédito disponíveis, esgotando os plafonds disponíveis junto dos seus bancos. De igual modo, registou-se uma procura inusitada por dólares, obrigando a Reserva Federal a abrir linhas de cedência de liquidez com diversas contrapartes um pouco por todo o mundo. Os mercados de capitais foram tomados por uma vaga vendedora que já não se via desde 1987. As cotações da banca sofreram intensamente, em antecipação das falências empresariais que se avizinham e da dívida que se acumulou nas últimas décadas. “Cash is king”. Hoje, talvez mais do que nunca. É uma limitação particularmente sentida em Portugal.

Mas o grande destaque num mundo confinado ao isolamento reside na explosão das vendas em canal digital. Quem não estiver hoje equipado com tecnologias de suporte à comercialização “online”, das mais simples aplicações para dispositivos móveis aos mais sofisticados algoritmos de inteligência artificial e de ciência de dados, corre o risco de ficar para trás. Há, naturalmente, sectores onde a mudança (e a sofisticação) será mais acentuada. Porém, se esta era já uma tendência estabelecida, a pandemia veio apenas confirmar que o novo normal é digital. Não bastará ter os meios tecnológicos; será também necessário ter as aptidões digitais para vencer neste novo normal. Estará o Portugal empresarial preparado para estes desafios?

Ricardo Arroja (Economista)

Livros

A Ordem recomenda a seguinte leitura:



This book deals with a geopolitical issue that is shaping the evolution of the XXI century – the development by China of its New Silk Road strategy that encompasses a continental and a maritime dimension – and the intersection of this crucial geopolitical and geo-economical project with the role that Portuguese speaking countries may fulfil in the fantastic global journey that is on course.

Authors: Fernanda Ilhéu, Paulo Duarte, José Nelson Bessa Maia, Wilson Bragança, Victor Borges, Francisco José B.S. Leandro, José Eduardo Garcia Leandro, Carlos Martins Branco, Pedro Neves, Carlos Patrício Fernandes, Francisco Murteira Nabo, Albertina Dias e José Luis Sales de Marques

Editors: Fernanda Ilhéu, Francisco Leandro and Paulo Duarte
Publisher: Instituto Internacional de Macau and Associação dos Amigos da Nova Rota da Seda
Collection: Suma Oriental

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis

1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

Se desejar ser removido da nossa lista de distribuição, envie um e-mail para geral@ordemeconomistas.pt com o assunto : Remover Newsletter